

Fundamentos Históricos da Educação

quarta-feira, 21 de abril de 2010

As FUNÇÕES SOCIAIS DA ESCOLA: DA REPRODUÇÃO À RECONSTRUÇÃO CRÍTICA DO CONHECIMENTO E DA EXPERIÊNCIA

A. I. Pérez Gómez

A função Social da Escola

A educação, num sentido amplo, cumpre uma iniludível função de socialização, desde que a configuração social da espécie se transforma em um fator decisivo da hominização e em especial da humanização do homem.

A espécie humana, constituída biologicamente como tal, elabora instrumentos, artefatos, costumes, normas, códigos de comunicação e convivência como mecanismos imprescindíveis para a sobrevivência dos grupos e da espécie. Paralelamente, e posto que as aquisições adaptativas da espécie às peculiaridades do meio não se fixam biologicamente nem se transmitem através da herança genética, os grupos humanos põem em andamento mecanismos e sistemas externos de transmissão para garantir a sobrevivência nas novas gerações de suas conquistas históricas. Este processo de aquisição por parte das novas gerações das conquistas sociais — processo de socialização — costuma denominar-se genericamente como processo de educação.

Nos grupos humanos reduzidos e nas sociedades primitivas, a aprendizagem dos produtos sociais, assim como a educação dos novos membros da comunidade aconteceram como **socialização direta da geração jovem, mediante a participação cotidiana das crianças nas atividades da vida adulta**. No entanto, a aceleração do desenvolvimento histórico das comunidades humanas, bem como a **complexização das estruturas e a diversificação de funções e tarefas da vida nas sociedades, cada dia mais povoadas e complexas, torna ineficazes e insuficientes os processos de socialização direta** das novas gerações nas células primárias de convivência: a família, o grupo de iguais, os centros ou grupos de trabalho e produção.

Para suprir tais deficiências surgem desde o início e ao longo da história diferentes formas de especialização no processo de educação ou socialização secundária (tutor, preceptor, academia, escola religiosa, escola laica...), que conduziram aos sistemas de escolarização obrigatória para todas as camadas da população nas sociedades industriais contemporâneas. Nestas sociedades a preparação das novas gerações para sua participação no mundo do trabalho e na vida pública requer a intervenção de instâncias específicas como a escola, cuja peculiar função é atender e canalizar o processo de socialização.



Linha do tempo - Idade Antiga

3100a.C. O rei Menés unificou o baixo e o alto Egito e formou um dos primeiros governos nacionais do mundo.

3000a.C. Escritos cuneiformes dos sumérios deram início ao registro da história do Oriente Médio.

2500a.C. A civilização do vale do Indo começou nas cidades de Harappa e Mohenjo-daro, no Paquistão.

2300a.C. Sargão de Acad conquistou os sumérios e unificou suas cidades-estados sob seu governo.

1750a.C. Hamurabi estabeleceu o império babilônico.

1600-1400a.C. A civilização minoana floresceu na ilha mediterrânea de Creta.

1500a.C. A dinastia Shang começou seu governo de 500 anos na China.

Séc. XI a.C. Tribos latinas estabeleceram-se ao sul do rio Tibre e etruscos estabeleceram-se na região centro-ocidental da península italiana.

750-338a.C. Atenas, Corinto, Esparta e Tebas desenvolveram-se como as principais cidades-estados da Grécia durante o período helênico. [1]

509a.C. Os latinos revoltaram-se contra seus dominadores etruscos e criaram a República Romana.

338a.C. Filipe II da Macedônia derrotou os gregos e anexou a Grécia ao império macedônico.

331a.C. Alexandre, o Grande, derrotou os persas em Arbela (Irbil) e abriu caminho para a conquista do norte da Índia.

321-185a.C. O império maúria do norte da Índia espalhou-se praticamente por toda a Índia e parte da Ásia central.

221-206a.C. A dinastia Ts'in criou o primeiro governo central chinês poderoso e completou a Grande Muralha para proteger a China dos invasores.

202a.C. A dinastia Han começou seu governo de 400 anos na China.

146a.C. Os romanos destruíram Corinto e conquistaram a Grécia.

55-54a.C. Júlio César comandou a invasão romana da Bretanha.

27a.C. Augusto tornou-se o primeiro imperador romano. [2]

70d.C. Forças romanas sob o comando de Tito capturaram e destruíram Jerusalém.

50-meados do Séc. III O império Kusha dominou o Afeganistão e a Índia norte-ocidental.

105- Os chineses inventaram o papel.

293- Diocleciano dividiu o Império Romano em quatro prefeituras e estabeleceu duas capitais - Nicomédia, na Ásia menor, e Milão, na Europa.

313- Constantino deu aos cristãos do Império Romano liberdade de culto através do Edito de Milão.

320- A Índia começou sua idade de ouro sob o governo da dinastia gupta.

395- O Império Romano foi dividido em Império Romano do Oriente e Império Romano do Ocidente.

476- O comandante germânico Odoacro depôs Rômulo Augústulo, o último imperador do Império Romano do Ocidente.

Fonte: <http://www.historiadomundo.com.br/idade-antiga/linha-do-tempo.htm>

Alfabeto

“Em 1500 a.C., a escrita hieroglífica egípcia e a escrita cuneiforme babilônica (herdada dos sumérios), juntamente com a escrita chinesa do leste, eram as linguagens escritas mais importantes do mundo. Todas eram tremendamente complicadas e não havia motivo para que não permanecessem complicadas até hoje, como a chinesa. Entre egípcios e babilônios existiam os cananeus, que habitavam a costa oriental do mar Mediterrâneo. (Foram chamados fenícios pelos gregos.) Eram negociantes que, entre outras coisas, agiam como intermediários entre egípcios e babilônios. Era necessário que esses negociantes conhecessem tanto a linguagem egípcia como a babilônica e esta era uma tarefa realmente difícil.

Um cananeu desconhecido resolveu simplificar a escrita inventando uma espécie de taquigrafia. Pensou que poderia dar um símbolo separado para cada um dos sons

emitidos pelos seres humanos na linguagem falada. Assim, seria possível construir palavras de qualquer língua, usando esses símbolos sonoros, que já tinham sido usados pelos egípcios, que preservavam tal esquema para as sílabas ou para palavras completas. O inventor cananeu tinha a idéia de que os sons-símbolos deveriam ser usados exclusivamente e que as palavras seriam construídas com eles combinados.

Os dois primeiros símbolos dessa coleção foram o aleph (que era o símbolo usado para designar o boi) e o beth (símbolo que significava casa). Para os gregos, que passaram a adotar esse sistema, tornaram-se alpha e beta, e nós ainda conhecemos o sistema de símbolos como alfabeto.

O alfabeto fenício, que foi o primeiro a ser usado, em 1500 a.C., revolucionou a escrita, tornando muito mais fácil ler e escrever, ampliando portanto as oportunidades literárias. Essa é uma invenção que parece ter ocorrido somente uma vez na história humana. O alfabeto não foi inventado independentemente por qualquer outra sociedade. Todos os alfabetos em uso nos dias atuais (inclusive este em que está escrito e impresso este livro) descendem daquele primeiro alfabeto fenício.”

ASIMOV, Isaac, *Cronologia das ciências e das descobertas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. p. 86. Apud Campos e Miranda. *História da educação* (ARANHA, p. 24-25)

(...) a história da educação, já que o fenômeno educacional se desenrola no tempo e faz igualmente parte da história. Portanto, não se trata apenas de uma disciplina escolar chamada história da educação, mas igualmente da abordagem científica de um importante recorte da realidade.

Estudar a educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram, para observar a concomitância entre as suas crises e as do sistema social, não significa, porém, que essa sincronia deva ser entendida como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos políticos e sociais. Na verdade, as questões de educação são engendradas nas relações que se estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade. A educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política.

Os estudos sobre a história da educação enfrentam as mesmas dificuldades metodológicas já mencionadas sobre a história geral, com o agravante de que os trabalhos no campo específico da pedagogia são recentes e bastante escassos. Apenas no século XIX os historiadores começaram a se interessar por uma história sistemática e exclusiva da educação, antes apenas um “apêndice” da história geral. Ainda assim, conhece-se melhor a história da pedagogia ou das doutrinas pedagógicas do que propriamente das práticas efetivas de educação. Neste último caso, alguns graus de ensino (como o secundário e o superior) sempre preservaram documentação mais abundante do que, por exemplo, o elementar e o técnico, trazendo dificuldades para a sua reconstituição.

A situação é mais difícil no Brasil, até há bem pouco tempo sem historiadores da educação de importância, com enorme lacunas a serem preenchidas. Segundo o professor Casemiro dos Reis Filho, em obra publicada em 1981, “somente depois de realizados estudos analíticos capazes de aprofundar o conhecimento da realidade educacional, tal como foi sendo constituída”, é que poderá ser elaborada uma história da educação brasileira “na sua forma de síntese”. E completa: “Trata-se de um conhecimento histórico capaz de fornecer à reflexão filosófica o conteúdo da realidade sobre a qual se pensa, tendo em vista descobrir as diretrizes e as coordenadas da ação pedagógica”.

Outra dificuldade deve-se ao fato de serem recentes entre nós os cursos específicos de educação. As escolas normais (de magistério) criadas no século XIX tinham baixíssima frequência, e o ensino de história da educação não constava no currículo. Quando muito, era oferecida história geral e do Brasil. Naqueles cursos, a atenção maior estava centrada nas matérias de cultura geral, descuidando-se das que poderiam propiciar a formação profissional. Apenas a partir das reformas de 1930 a disciplina de história da educação passou a fazer parte do currículo dos cursos de magistério.

Durante muito tempo, porém, a disciplina de história da educação esteve ligada à filosofia da educação nos cursos de nível secundário e superior (magistério e pedagogia), sem merecer a autonomia e o estatuto de ciência já conferidos a disciplinas como psicologia, sociologia e biologia. Além disso, sofria frequentemente o viés pragmático que enfatizava a missão de interpretar o passado para construir o futuro, com forte caráter doutrinário moral e religioso, uma vez que a disciplina ficava a cargo de padres, seminaristas e cristãos em geral.

Nas décadas de 1930 e 1940, com a implantação das universidades, foram criadas faculdades de educação, dando oportunidade para a pesquisa e elaboração de monografias e teses. Mesmo assim, nem sempre foi dispensado à história da educação o tempo necessário para os alunos se ocuparem devidamente de tão extensa e complexa disciplina.

Diz a professora Mirian Jorge Warde:

“Há indícios de que nos anos 50 começa a se esboçar na USP, a partir do setor de Educação e, posteriormente, da relação entre este setor e o Centro Regional de Pesquisa Educacional, o CRPE/SP, algo como um projeto de construção de uma história da educação brasileira, autônoma, apoiada em levantamentos documentais originais, capaz de recobrir o processo de desenvolvimento do sistema público de ensino”. Esse movimento inaugura o diálogo da história da educação com a sociologia da educação, além de ter a intenção de “gerar uma linhagem de pesquisa que produzisse a identidade da história da educação brasileira a partir de fontes empíricas novas”.

O período da ditadura militar (ver capítulo 11) foi danoso para a educação brasileira, com o fechamento de escolas experimentais e centros de pesquisa e a formação de grupos com forte orientação ideológica que prepararam as leis das reformas do ensino superior em 1968 e a do curso secundário profissionalizante em 1971. No entanto, a reforma universitária trouxe o benefício da criação dos cursos de pós-graduação e a conseqüente fermentação intelectual que resultou em inúmeras teses, entre as quais aquelas focadas em educação. Além disso, os educadores foram estimulados a se aglutinarem em centros e associações de pesquisa, seja nas universidades, seja pela iniciativa particular (ver dropes 4 e 5). A ampliação das discussões de temas educacionais com a criação de centros regionais e congressos nacionais resultou em incremento da produção científica, sobretudo durante as décadas de 1980 e 1990, inclusive com o acolhimento do mercado editorial, disposto a publicar essas teses e a fazer coletâneas desses pronunciamentos.

Dropes (ARANHA p. 26-27)

1 - A escola tradicional ensinou que a abolição dos escravos foi o fruto da ação dos abolicionistas (geralmente brancos) e culminou com a assinatura da Lei Aurea, em 13 de maio de 1888, pela qual a princesa Isabel outorgou a liberdade aos negros. Por muito tempo, nenhuma ênfase foi dada à ação de Zumbi e seus companheiros nos Quilombos dos Palmares nem a centenas de outros gestos de rebeldia dos escravos, considerados como “irrelevantes”. Atualmente, os movimentos de conscientização dos

negros lutam para resgatar essa memória, preferindo comemorar a data da morte de Zumbi, 20 de novembro de 1695.

2 - A história é androcêntrica, isto é, feita conforme a visão masculina. Por isso, a mulher aparece como uma sombra, um apêndice, e até o começo do século XX seu mundo se restringia aos limites domésticos, sendo-lhe negada a dimensão pública. Apesar das conquistas, em muitas partes do mundo ela ainda vive em condição subalterna.

3 - A obra sobrevive aos seus leitores; ao final de cem ou duzentos anos é lida por outros que lhe impõem diferentes sistemas de leitura e interpretação. Os temíveis leitores desaparecem e em seu lugar surgem outras gerações, cada uma dona de uma interpretação distinta. A obra sobrevive graças às interpretações de seus leitores. Elas são na verdade ressurreições: sem elas não haveria obra. A obra transpõe sua própria história só para se inserir em outra. Acredito que posso concluir: a compreensão da obra de sórórjuana inclui necessariamente a de sua vida e seu mundo. Nesse sentido, meu ensaio é uma tentativa de *restituição*; pretendo restituir seu mundo, a Nova Espanha do século XVII, a vida e obra de sórórjuana. Por sua vez, elas nos restituem, seus leitores do século XX, a sociedade da Nova Espanha do século XVII. Restituição: sórórjuana em seu mundo e nós em seu mundo. Ensaio: esta restituição é histórica, relativa, parcial. Um mexicano do século XX lê a obra de uma freira da Nova Espanha do século XVII. Podemos começar. (Octavio Paz)

4 - Ao examinar o legado das associações que fermentaram o debate sobre educação, Dermeval Saviani diz que entre as “entidades de cunho acadêmico-científico, isto é, voltadas para a produção, discussão e divulgação de diagnósticos, análises, críticas e formulação de propostas para a construção de uma escola pública de qualidade”, situam-se: a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped), criada em 1977; o Centro de Estudos Educação & Sociedade (Cedes), em 1978; a Associação Nacional de Educação (Ande), em 1979; essas três entidades organizaram as Conferências Brasileiras de Educação (CBE), ocorridas a cada dois anos, de 1980 a 1988 e depois em 1991.

5 - Discorrendo sobre a historiografia da educação, o professor José Claudinei Lombardi^o destaca, entre outros assuntos, a importância de algumas instituições para o incremento das pesquisas em história da educação no Brasil. São elas: o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB); fundado ainda no século XIX, em 1838; e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão responsável pelo fomento do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, fundado em 1951. Em 1985, com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, o CNPq tornou-se o centro do planejamento estratégico da ciência no Brasil, estimulando a formação de instituições públicas e privadas de pesquisa. Entre estas, no campo da história da educação, foi reforçada a tendência de constituição de *coletivos de pesquisa*, cuja orientação valoriza a socialização de experiências que resultam de formas de organização coletiva dos pesquisadores. Entre os grupos que se constituíram no Brasil, o autor destaca o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), fundado em 1986 e que se multiplou em vários grupos de trabalho regionais e tem sido responsável por diversos eventos e publicações. Outra instituição foi a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), criada em 1999. Dermeval Saviani *et ai.* (orgs.), *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, Autores Associados, 2004, p. 45.

6 “História e historiografia da educação, atentando para as fontes”, in José Claudinei Lombardi e Isabel Moura Nascimento (orgs.), *Fontes, história e*

historiografia da educação. Campinas, Autores Associados/HISTEDBR, 2004, p. 14 1-176.

O Mundo Grego



Educação espartana

Esparta era uma importante cidade-estado situada na península do Peloponeso. Após a fase heroica, ao contrário das demais cidades gregas, ainda valorizava as atividades guerreiras, desenvolvendo uma educação severa, orientada para a formação militar.

Por volta do século IX a.C. o legislador Licurgo (cuja existência real é objeto de questionamento) organizou o Estado e a educação. De início, os costumes não eram tão rudes, e o preparo militar era entremeado com a formação esportiva e a musical. Com o tempo sobretudo no século IV a.C., quando Esparta derrotou Atenas - o rigor da educação acabou assemelhando-se à vida de caserna.

Os cuidados com o corpo começavam com uma política de eugenia prática de melhoramento da espécie —, que recomendava fortalecer as mulheres para gerarem filhos robustos e sadios, bem como abandonar as crianças deficientes ou frágeis demais.

Após permanecerem com a família até os 7 anos, as crianças recebiam do Estado uma educação pública e obrigatória. Viviam em comunidades constituídas por grupos de acordo com a idade e supervisionados pelos que se distinguiam no desempenho das tarefas exigidas. Como todos os gregos, os espartanos estudavam música, canto e dança coletiva.

Até os 12 anos as atividades lúdicas predominavam. Depois, aumentava o rigor da aprendizagem, e a educação física se transformava em verdadeiro treino militar. Os jovens aprendiam a suportar a fome, o frio, a dormir com desconforto, a vestir-se de forma despojada. A educação moral valorizava a obediência, a aceitação dos castigos, o respeito aos mais velhos e privilegiava a vida comunitária. Sob esses aspectos, as organizações da juventude espartana se assemelham bastante às dos Estados totalitários, como o nazismo, no século XX.

Ao contrário dos atenienses, os espartanos não eram dados a refinamentos intelectuais, nem apreciavam os debates e os discursos longos. Aliás, a palavra *laconismo*, que significa “maneira breve, concisa, de falar ou escrever”, deriva de Lacônia, região onde viviam os espartanos.

De toda a Grécia, eram as cidades de Lacônia as que ofereciam maior atenção às mulheres, que participavam das atividades físicas, como exercícios de salto, lançamento de disco, corrida, dança. Por ocasião das festividades, exibiam nos jogos públicos toda a força, a beleza e o vigor dos corpos bem treinados.

Educação ateniense

Segundo o historiador grego Tucídides (século V a.C.), Atenas foi “a escola de toda a Grécia”. De fato, a concepção ateniense de Estado fez surgir a figura do cidadão da pólis. Ao lado dos cuidados com a educação física, destacava-se a formação intelectual, para que melhor se pudesse participar dos destinos da cidade. Com a ascensão da classe dos comerciantes, em oposição à antiga aristocracia, impôs-se outra forma de exercício de poder e, portanto, uma nova educação.

Vimos que, passado o período heróico, a educação ainda era aristocrática e dela se incumbia a família. No final do século VI a.C., já terminando o período arcaico, surgem formas simples de escolas. Embora o Estado já demonstrasse algum interesse, o ensino não se tornou obrigatório nem gratuito, predominando a iniciativa particular.

A educação se iniciava aos 7 anos. A criança do sexo feminino permanecia no *gineceu*, local da casa onde as mulheres se dedicavam aos afazeres domésticos, menos importantes em um mundo essencialmente masculino. Se fosse menino, desligava-se da autoridade materna para iniciar a alfabetização e a educação física e musical. Era sempre acompanhado por um escravo, conhecido como *pedagogo*. A palavra *paidagogos* significa literalmente “aquele que conduz a criança” (*pais*, *paidós*, “criança”; *agós*, “que conduz”).

O menino era levado à *palestra*, para praticar exercícios físicos, sob a orientação *dopedótriba* (instrutor físico). Ali era iniciado na competição famosa de jogos que constituíam as cinco modalidades do *pentatio*, tais como corrida, salto, lançamento de disco, de dardo e luta. Fortalecia o corpo ao mesmo tempo que aprendia o domínio sobre si mesmo, já que a educação física nunca se reduzia à mera destreza corporal, mas vinha acompanhada pela orientação moral e estética.

Para a educação musical, extremamente valorizada, o pedagogo conduzia a criança ao *citarista*, ou professor de cítara. A música (a arte das musas), de significado muito amplo, abrangia a educação artística em geral. Assim, qualquer jovem bem-educado aprendia a tocar lira ou outros instrumentos, como cítara e flauta. O canto, sobretudo coral, e a declamação de poesias geralmente eram acompanhados por instrumento musical. A dança, expressão corporal abrangente, incluía o exercício físico e a música.

Esse tipo de formação integral se expressa na frase de Platão: “Eles [os mestres de música] familiarizaram as almas dos meninos com o ritmo e a harmonia, de modo que possam crescer em gentileza, em graça e harmonia, e tornar-se úteis em palavras e em ações”.

O ensino elementar de leitura e escrita, durante muito tempo, mereceu menor atenção e cuidado do que as práticas esportivas e musicais já referidas. O mestre de letras era geralmente uma pessoa humilde, mal paga e não tinha o prestígio do instrutor físico. Com o tempo, à medida que aumentou a exigência de melhor formação intelectual, delinearam-se três níveis de educação: elementar, secundária e superior.

O gramático (*grammata*, literalmente “letra”), também chamado didáscalo (*didasko*, “eu ensino”), reunia, em qualquer canto — sala, tenda, esquina ou

praça pública —, um grupo de alunos, para lhes ensinar leitura e escrita. Os métodos usados dificultavam a aprendizagem, em que se acentuava o recurso de silabação, repetição, memorização e declamação. Geralmente as crianças aprendiam de cor os poemas de Homero e de Hesíodo, as fábulas de Esopo e de outros autores. Escreviam em tabuinhas enceradas, e os cálculos eram feitos com o auxílio dos dedos e do ábaco, instrumento de contar constituído de pequenas bolas.

A educação elementar completava-se por volta dos 13 anos. As crianças mais pobres saíam em busca de um ofício, enquanto as de família rica prosseguiram os estudos, sendo encaminhadas ao *ginásio*. Esta palavra tem diversos sentidos: inicialmente designava o local para a cultura física onde, com frequência, os gregos se apresentavam despidos (daí sua origem etimológica: *gimnos*, “nu”). Com o tempo, as atividades musicais se direcionaram para discussões literárias, abrindo espaço para assuntos gerais como matemática, geometria e astronomia, sobretudo sob a influência dos filósofos. Com a criação de bibliotecas e salas de estudo, o ginásio adquiriu feição mais próxima do conceito de local de educação secundária. Dos 16 aos 18 anos, a educação assumiu uma dimensão cívica de preparação militar, instituição que se desenvolveu por volta do século IV a.C. e é conhecida como *efebia* (*efebo*, ‘jovem’). Após a abolição do serviço militar em Atenas, a efebria passou a constituir a escola em que se ensinavam filosofia e literatura.

Apenas com os sofistas (século V a.C.) teve início uma espécie de educação superior. Aqueles filósofos também se dedicaram à profissionalização dos mestres e à didática, cuidando inclusive da ampliação das disciplinas de estudo.

Sócrates, Platão e Aristóteles também ministraram educação superior. Enquanto Sócrates se reunia informalmente na praça pública, Platão utilizou um dos ginásios de Atenas, a Academia, e mais tarde seu discípulo Aristóteles ensinou em outro ginásio, o Liceu. Ainda em Atenas, Isócrates abriu uma escola muito concorrida, que valorizava a retórica. Por causa disso, foi estabelecida uma polêmica com Platão, seu contemporâneo, como veremos. E preciso compreender as mudanças a partir das novas exigências da vida na pólis, pois a política precisava de cidadãos que soubessem convencer pela palavra.

Como se vê por este relato, a educação formal atendia os filhos da elite, excluindo os demais. Segundo o legislador Sólon, “as crianças devem, antes de tudo, aprender a nadar e a ler; em seguida, os pobres devem exercitar-se na agricultura ou em uma indústria qualquer, ao passo que os ricos devem se preocupar com a música e a equitação, e entregar-se à filosofia, à caça e à frequência aos ginásios”.

Não havia, portanto, atenção para o ensino profissional, já que os ofícios se aprendiam no próprio mundo do trabalho. As exceções eram a arquitetura e a medicina, consideradas artes nobres. A medicina, profissão altamente considerada entre os gregos, baseava-se nos ensinamentos de Hipócrates (460-377 a.C.), acrescidos de inúmeras observações, que tornaram a medicina parte integrante da cultura geral grega, ao lado dos preceitos éticos e das regras de conduta. Segundo o helenista Werner Jaeger, esse prestígio decorria da relação da medicina com a *paideia*, ou seja, o médico era colocado ao lado do pedótriba, do músico e do poeta. Se a saúde fazia parte do ideal grego de educação, é preciso entender que ginastas e médicos concebiam a cultura física na sua dimensão espiritual.

Conclusão

No longo período que se estende desde os tempos heroicos até o helenismo, o ideal grego de educação sofreu significativas alterações. Embora o cuidado com o corpo fosse uma constante, de início era dada ênfase à habilidade militar do guerreiro. Em

seguida, o cidadão da pólis passou a frequentar os ginásios, onde a educação era predominantemente física e esportiva, até que, por fim, os assuntos de literatura e retórica se tornaram prioritários. Quanto à concepção do corpo, de início o ideal de beleza física foi muito valorizado.

Como veremos, o ascetismo da Igreja cristã primitiva, influenciado por um platonismo impregnado pela visão ascética, transformou o corpo em obstáculo para a vida espiritual.

Outro aspecto a ser realçado é que, por pertencer a uma sociedade escravista, os gregos desvalorizavam a formação profissional e o trabalho manual. Enquanto a técnica se achava associada à atividade servil, o cultivo desinteressado da forma física e a atividade intelectual permaneceram privilégio das classes ociosas.

A Grécia foi ainda o berço das primeiras teorias educacionais, fecundadas pelo embate de tendências pluralistas. Após as inovações dos sofistas, Isócrates exerceu importante atuação, animando a polêmica com Sócrates, Platão e Aristóteles. Embora estes últimos não tenham influenciado a educação do seu tempo tanto quanto os opositores, a contribuição dos filósofos clássicos para a pedagogia encontra-se na concepção de natureza humana, cuja essência é a racionalidade. Essa visão foi retomada pela tradição e marcou profundamente a cultura ocidental, sobretudo a partir da Idade Moderna.

A concepção de natureza humana universal serviu de base para o delineamento da tendência *essencialista da pedagogia*.

Ou seja, para Platão, a educação é o instrumento para desenvolver no ser humano tudo o que implica sua participação na realidade ideal, tudo o que define sua essência verdadeira, embora asfixiada pela existência empírica. Também segundo Aristóteles, a educação é um processo da passagem da potência para o ato, pela qual atualizamos a forma humana.

A concepção essencialista durou longo período. Segundo o pedagogo Suchodolski, Rousseau (século XVIII) representa “a primeira tentativa radical e apaixonada de oposição fundamental à pedagogia da essência e de criação de perspectivas para uma pedagogia da existência”, processo que assumiu uma forma mais definida no século XIX e sobretudo no XX, como veremos.

Por fim, como já dissemos, no mundo contemporâneo pressionado pela especialização e pela tecnocracia, renasce o ideal grego da *paideia*, da educação integral.

ARANHA (p64-65 e 76-77)

Império Romano

1. O que é *humanitas*

Uma das características da cultura romana decorre justamente da expansão do seu território. Enquanto a Grécia composta por inúmeras pólis nunca se constituiu em uma nação, Roma desenvolveu a concepção de império. Apesar das diferenças existentes entre os povos conquistados, não havia discriminação dos vencidos, mas lhes era conferido o direito da cidadania romana, em troca do pagamento de impostos. No caso específico da Grécia conquistada, em vez de impor o latim, os romanos

incorporaram-lhe o idioma, bem como vários de seus padrões culturais, que se tornaram herança da humanidade.

A cultura universalizada pode ser expressa na palavra *humanitas* no sentido literal de humanidade e, mais propriamente, de educação, cultura do espírito, algo equivalente à *paideia* grega. Distingue-se desta, no entanto, por se tratar de uma cultura predominantemente humanística e sobretudo cosmopolita e universal, buscando aquilo que caracteriza o ser humano, em todos os tempos e lugares. Essa concepção, muito valorizada por Cícero, não se restringia ao ideal do sábio, muitas vezes inalcançável, mas se estendia à formação do indivíduo virtuoso, como ser moral, político e literário.

Com o tempo, a *humanitas* degenerou, restringindo-se ao estudo das letras e descuidando-se das ciências, como veremos.

De maneira geral, podemos distinguir três fases na educação romana:

- a educação latina original, de natureza patriarcal;
- a influência do helenismo, criticada pelos defensores da tradição;
- por fim, a fusão entre a cultura romana e a helenística, que já supunha elementos orientais, mas com nítida supremacia dos valores gregos.

A fusão dessas culturas trouxe um elemento novo, o bilinguismo, e desde cedo as crianças aprendiam latim e grego. As vezes, o ensino era trilingue, quando às duas línguas principais acrescentava-se a língua local.

Em todas as épocas, no entanto, permaneceram alguns aspectos da antiga educação, qual seja o papel da família, representado pela onipotência paterna mas não destituída de afeto, e pela ação efetiva da mulher, de que é exemplo o célebre tipo da “mãe romana”.

Educação no Império

A educação romana durante o Império não foi muito diferente da oferecida no período anterior, a não ser por sua complexidade e organização. Nota-se a crescente intervenção do Estado nos assuntos educacionais, porque a administração do Império requeria uma bem montada máquina burocrática, com funcionários que deveriam ter pelo menos instrução elementar.

E curiosa a procura de cursos de estenografia (ou taquigrafia), um sistema de notação rápida. Segundo o historiador da educação Marrou, a sua origem remonta talvez ao século IV a.C., mas o uso corrente só aparece bem disseminado no tempo de Cícero. Esse recurso era exigido cada vez mais na atividade dos *notários* — hoje conhecidos como tabeliães, que inicialmente eram apenas secretários incumbidos de fazer anotações, ao acompanhar os magistrados e os altos funcionários nas suas atividades. Depois suas funções foram adquirindo maior responsabilidade e poder.

Embora o Estado se interessasse pelo desenvolvimento da educação, de início pouco interferiu, colocando-se como mero inspetor, mais ou menos distante das atividades ainda restritas à iniciativa particular. Com o tempo, passou a oferecer subvenção, depois a exercer o controle por meio da legislação e por fim tomou para si a inteira responsabilidade. Já no século 1 a.C., o Estado estimulava a criação de escolas municipais em todo o Império. O próprio César concedera o direito de cidadania aos mestres de artes liberais.

No século 1 d.C. Vespasiano liberou de impostos os professores de ensino médio e superior e instituiu o pagamento a alguns cursos de retórica, de que se beneficiou o mestre Quintiliano. Pouco tempo depois, Trajano mandou alimentar os estudantes

pobres. Mais tarde, outros imperadores legislaram sobre a exigência de as escolas particulares pagarem com pontualidade os professores e também definiram o montante a lhes ser pago.

Coube ao imperador Juliano (ano 362) praticamente oficializar toda nomeação de professor, feita pelo Estado. E bem verdade que esse imperador, também chamado *O Apóstata*, se opunha à expansão do cristianismo e pretendia, com essa medida, impedir a contratação de professores cristãos.

Outro destaque da época do Império foi o desenvolvimento do ensino terciário, com os cursos de filosofia e retórica, a que já nos referimos, e a criação de cátedras de medicina, matemática, mecânica e sobretudo escolas de direito. A continuidade dos estudos era exigida no caso de se aspirar a posições mais altas, como cargos próprios da justiça e da administração superior.

Durante a República, um jurista aprendia o ofício de maneira informal, bastando acompanhar com frequência o trabalho dos tribunais. Os pretores eram magistrados especiais que julgavam os processos. Com as conquistas romanas, pretores peregrinos se dirigiam às comunidades submetidas e julgavam levando em conta o direito dos diversos povos, o que deu origem ao Direito das Gentes.

O crescente número de situações conflituosas exigiu que os juristas, para facilitar o exame dos casos, compilassem os editos dos pretores, as resoluções do Senado, as decisões dos governadores provinciais e as ordenações judiciais dos imperadores. Esse abundante material propiciaria o aperfeiçoamento do Direito Romano. Por isso, já no Império era exigida a formação sistemática por quatro ou cinco anos, tal a complexidade da nova ciência do direito, desenvolvida em grandes centros de estudo como Roma e Constantinopla. Inúmeras bibliotecas foram criadas, e os romanos se apropriaram de manuscritos encontrados nas regiões conquistadas. Ainda floresciam o museu de Alexandria, o Círculo de Pérgamo e a Universidade de Atenas. Em Roma, no século II d.C., Adriano fundou o Ateneu, no Capitólio, espaço para discussão e cultura. Também as distantes províncias da Espanha, Gália e África receberam o estímulo imperial e criaram escolas, em que estudaram homens da categoria de Sêneca, Quintiliano e posteriormente Marciano Capelia e Santo Agostinho.

1. Características gerais

Tal como na sociedade grega, os romanos usavam o braço escravo para os trabalhos manuais, igualmente desvalorizados. Em contrapartida, a aristocracia se dedicava ao “ócio digno”, ocupando-se com atividades intelectuais, políticas e culturais. Por consequência, os educadores orientavam-se pelo modelo adequado à elite dirigente a fim de formar o indivíduo racional, capaz de pensar de modo correto e de se expressar de forma convincente.

Agora vejamos algumas diferenças. A pedagogia grega apresentava duas vertentes: uma que destacava a visão ifiosófica sistematizada, como a de Platão, e outra em que predominava a retórica, como queria a escola de Isócrates. Ora, a pedagogia dos filósofos exigia que o próprio aluno, nos estágios superiores, se dedicasse à filosofia no seu sentido mais amplo, incluindo sobretudo a metafísica. O que representava alto grau de dificuldade, por se tratar da parte nuclear da filosofia que investiga as causas mais fundamentais do ser.

Em Roma, no entanto, a reflexão filosófica não mereceu atenção de modo tão sistemático. Quintiliano e outros pedagogos encaravam a filosofia até com certa descrença e, quando a ela recorriam, preferiam os assuntos éticos e morais, influenciados pelos pensadores estoicos e epicuristas do período helenístico. Isso porque os romanos adotaram uma postura mais pragmática, voltada para o cotidiano, para a

ação política e não Jira a contemplação e teorização do mundo. Daí o prevalecer da retórica bre a filosofia.

Essa tendência, que tornava a trama discurso mais literária que filosófica, acentuou-se no período de declínio, riscos do formalismo oco e do palavreado vazio. De fato, com o tempo, descuidou-se da formação científica e artística, prevalecendo uma cultura de letrados, cuja atenção maior estava nas minúcias das regras gramaticais, nas questões filológicas e artificios que proporcionavam o brilho nas conversações.

[1] Época em que o pensamento filosófico começa a superar o pensamento mítico (Sócrates, Platão, Aristóteles) – A educação Formal é proporcionada a todo cidadão Grego (detentor de posses, livre e do sexo masculino). Paidéia como cultura de uma sociedade “Letrada e detentora da razão” e “Pedagogo” – escravo que conduzia o aluno à escola – na origem da palavra significa “aquele que conduz”.

[2] É importante lembrar que o império romano é a primeira civilização ocidental a criar um sistema de ensino, e também a questão de utilizar a Educação Formal, como forma de garantir o domínio sobre o vasto território de seu governo, além disto vale ressaltar que a influência helênica ou grega é de forte expressão na cultura e na Educação romana.

FONTE: <http://aescritadaeducacaonobrail.blogspot.com/>

Acesso: 05 / 11 / 2011